

**PARA O ESTUDO DA *CRÓNICA DE D. SEBASTIÃO* ATRIBUÍDA A  
BERNARDO DA CRUZ:  
TEXTOS, AUTORES E TESTEMUNHOS**

**ON THE STUDY OF THE *CHRONICLE OF D. SEBASTIÃO*  
ATTRIBUTED TO BERNARDO DA CRUZ:  
TEXTS, AUTHORS, WITNESSES**

Elena Lombardo\*  
elenalombardo@edu.ulisboa.pt

Filipe Alves Moreira\*\*  
gomeseanes@gmail.com

A *Crónica de D. Sebastião* normalmente atribuída a frei Bernardo da Cruz é um dos mais conhecidos e citados textos historiográficos sobre este rei. Apesar disso, está muito insuficientemente editada – as únicas duas edições disponíveis foram publicadas, respetivamente, por Alexandre Herculano e António da Costa Paiva, em 1837, e por António Ferreira da Serpa, em 1925 –, a tradição manuscrita nunca foi sistematicamente estudada e mesmo a autoria permanece envolta em muitas dúvidas e equívocos. Neste trabalho, analisamos criticamente o estado da questão sobre o texto, a autoria e a história desta crónica e apresentamos os primeiros resultados de uma análise sistemática da sua tradição manuscrita conduzida no âmbito do Projeto *Sebástica Manuscrita* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

**Palavras-chave:** *Crónica de D. Sebastião*. Bernardo da Cruz. Tradição manuscrita. *Sebástica Manuscrita*.

The *Chronicle of D. Sebastião*, generally attributed to Bernardo da Cruz, is one of the most well-known and frequently cited historiographical texts about this king. Despite this, it is inadequately edited – the only existing editions date back to 1837 (Herculano & Paiva) and 1925 (Ferreira da Serpa) – the manuscript tradition has never been systematically studied, and even the authorship remains shrouded in many doubts and confusions. In this work, we critically examine the current state of the art regarding the text, authorship and history of this chronicle, and present the initial

---

\* Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-8674-7134.

\*\* Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e Universidade Aberta, Portugal. ORCID: 0000-0002-7426-7395

results of a systematic analysis of its manuscript tradition conducted within the framework of the *Sebástica Manuscrita* Project, hosted by the Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

**Keywords:** *Chronicle of D. Sebastião*. Bernardo da Cruz. Manuscript Tradition. *Sebástica Manuscrita*.

•

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, em Portugal, os estudos filológicos, e especificamente os de crítica textual *stricto sensu*, têm conhecido assinalável vitalidade, ultrapassado que parece estar o refluxo dos anos 1960–1980, época marcada pelo(s) estruturalismo(s) e pela busca de uma identidade disciplinar forte para os estudos literários.<sup>1</sup> Em consequência deste movimento, diversas edições ou reedições, seja de textos até então inéditos e menosprezados, seja de textos canônicos e permanentemente revisitados, têm sido dadas a lume. Simultaneamente, uma panóplia de estudos, diretamente relacionados com essas edições ou não, têm-se sucedido a bom ritmo, a tal ponto que quem queira manter-se atualizado terá já certas dificuldades em fazê-lo. É certo que nem sempre esses trabalhos parecem encontrar o devido eco junto da comunidade científica, ficando a ideia de uma muito maior atomização do campo, por comparação com a “época dourada” dos filólogos oitocentistas e novecentistas. Tendência dos tempos atuais, também verificável noutros domínios, o filólogo e/ou o crítico textual sentir-se-á, talvez, estranhamente imerso em ruído, mas fechado numa bolha, falando para si mesmo e poucos mais. Independentemente disso, é inegável que muito – e bom – tem sido feito. E se a este panorama juntarmos, como é devido, a atenção filológica que a textos e autores portugueses têm dedicado estudiosos de países lusófonos (com predomínio para o Brasil) ou os lusófilos de países com fortes tradições nestes domínios (por exemplo, o Reino Unido, a Itália e os Estados Unidos), teremos ainda mais motivos para regozijo.

Apesar deste cenário globalmente positivo e aparentemente encorajador, persistem alguns desequilíbrios. Por muito que se fale em “pluralidade de vozes”, “atenção aos subalternos” (reais, metafóricos ou supostos), “alargamento e problematização do cânone”, etc., há ainda, na cultura portuguesa ou em culturas em que o português seja também língua de escrita, épocas, autores, tipologias textuais pouco, nada ou mal estudados. Uma das áreas em que isto se verifica com especial nitidez é o da produção manuscrita da chamada época moderna. Não obstante a persistência do manuscrito muito

---

<sup>1</sup> O que não significa que este processo de renascimento esteja isento de contradições, nem que esta área não seja, ou possa ser percebida como estando em perigo de extinção do ponto de vista institucional e universitário, como, de resto, tudo (ou quase) o que diga respeito às humanidades e parte das ciências sociais. Alguns trabalhos têm vindo a refletir sobre este estado de coisas, por exemplo: Aguiar e Silva (2010) e Bernardes (2015). Em “retorno à Filologia” falava já Ivo Castro, evocando Paul de Mann (Castro, 1995).

além da generalização da imprensa estar, de há muito, identificada,<sup>2</sup> e não obstante a atenção especial que alguns géneros têm recebido (por exemplo, e talvez com destaque, a poesia barroca<sup>3</sup> e os livros de cavalarias),<sup>4</sup> a verdade é que há zonas pouco exploradas. Entre estas estão, paradoxalmente, géneros muito conhecidos e frequentemente utilizados em estudos de diversos tipos. Tal é o caso da historiografia. Mau grado algumas chamadas de atenção ou estudos que têm surgido<sup>5</sup>, verifica-se, com efeito, que o estudo desta tipologia textual, com os seus géneros e subgéneros, tem sido feito, quase exclusivamente, a partir de textos impressos (ou na época, ou posteriormente). Pelo menos duas grandes – e especialmente limitadoras – consequências decorrem daqui. Por um lado, tem-se uma visão bastante parcial do que foi o conhecimento histórico e os mecanismos de preservação e (re)criação da memória histórica durante essa época, ficando esquecidos, por exemplo, os nobiliários<sup>6</sup> e os anais,<sup>7</sup> bem como a variação textual típica da circulação manuscrita. Por outro lado, muitas das edições utilizadas são bastante antiquadas e, como é normal, foram feitas com base em critérios hoje claramente datados (quando não mesmo ultrapassados) e nem sempre estão isentas de numerosos e graves erros, voluntários ou não.<sup>8</sup> Acresce todo um trabalho de contextualização histórico-cultural dos textos e respetivos testemunhos sem o qual muito do que possa dizer-se sobre esses textos carecerá de fundamento.

Um subconjunto em cujo estudo estas deficiências são especialmente notórias é o das crónicas e outros relatos historiográficos dedicados ao reinado de D. Sebastião (1554–1578). Apesar de este ser um reinado, e uma época, tradicionalmente muito estudados e debatidos, ocasionando mesmo não raras polémicas, o certo é que a base empírica sobre que repousam esses estudos depende, muitas vezes, no que a crónicas e textos afins diz respeito, de edições antigas e bastante imperfeitas.<sup>9</sup> Paralelamente, existem numerosas obras, de extensão e características variáveis, ainda inéditas, enquanto de algumas outras já editadas subsistem versões por vezes com muito notórias diferenças entre elas. Tendo em vista este panorama, os autores deste trabalho decidiram levar a cabo um projeto de identificação e descrição de um *corpus* de textos historiográficos dos séculos XVI e XVII

---

<sup>2</sup> Talvez o primeiro grande marco, quanto à chamada de atenção para esta questão no âmbito da cultura portuguesa, seja Buescu (2003), um pouco na senda da síntese pioneira de Bouza (2001).

<sup>3</sup> Devido ao labor de Ivo Castro, Mafalda Ferin da Cunha, Anabela Leal de Barros, Francisco Topa, Elsa Pereira, Marcello Moreira, entre outros, alguns dos quais devedores do trabalho pioneiro de Vítor Manuel Aguiar e Silva.

<sup>4</sup> Alvo da especial atenção de Nanci Romero, Pedro Álvarez-Cifuentes, Aurelio Vargas Díaz Toledo, Raul Cesar Gouveia Fernandes e Margarida Alpalhão.

<sup>5</sup> Veja-se, entre outros, Curto (2007), Moreira (2012) e Moreira e Araújo (2023).

<sup>6</sup> Fruto, em parte, da desconfiança dos historiadores em relação à factualidade dos nobiliários da época moderna, grande parte destes jazem esquecidos em bibliotecas e arquivos. Não contestamos a escassa fiabilidade histórica de que alguns deles dão abundantes mostras; mas o seu interesse enquanto produto histórico-cultural está longe de se esgotar aí.

<sup>7</sup> Género que, contrariamente ao que por vezes se escreve, está longe de ter sido uma especificidade medieval. O primeiro levantamento de textos analíticos dos séculos XV e XVI (primeiras décadas) foi feito pela equipa da BITAGAP (Bibliografia Antiga de Textos Galegos e Portugueses) e está disponível em [https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/about\\_po.html](https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/about_po.html), através da pesquisa por “Assunto: Anais”.

<sup>8</sup> Uma reflexão mais aprofundada sobre estes aspetos em Lombardo e Moreira (2019).

<sup>9</sup> Com algumas e honrosas exceções, como por exemplo os trabalhos de Maria Augusta Lima Cruz, Rui Loureiro e José Manuel Garcia, a que devemos acrescentar, numa perspetiva mais direcionada para textos poéticos, o labor de José Miguel Martínez Torrejón. Em nenhum dos casos falamos, porém, de projetos de catalogação, estudo e edição com intuítos globais.

dedicados ao reinado e figura de D. Sebastião, intitulado *Sebástica Manuscrita*. A primeira e atual fase deste projeto visa estabelecer um *corpus* historiográfico sebástico, identificando textos e versões e respetivos testemunhos manuscritos. Estão, de momento, elencados os materiais pertinentes que existem em boa parte das principais bibliotecas portuguesas,<sup>10</sup> estando previsto prosseguir a tarefa com as restantes instituições nacionais e, posteriormente, com bibliotecas e arquivos internacionais. A segunda fase consistirá na edição de alguns destes textos, nomeadamente os inéditos ou muito insuficientemente editados.<sup>11</sup> No decorrer deste trabalho, temo-nos apercebido de muitas e evidentes lacunas no conhecimento de obras tidas como muito importantes para o estudo desta época, e por isso frequentemente citadas ou aludidas. Dois exemplos especialmente claros de tudo o que acabámos de dizer são o da *Relação* de Amador Rebelo e o da *Crónica de D. Sebastião* atribuída a Bernardo da Cruz, à qual dedicaremos o restante deste trabalho.

## 2. A *Crónica de D. Sebastião*: texto(s) e autor(es)

Esta crónica aguarda há muito um estudo metuculoso. No universo de crónicas mais antigas dedicadas à figura e ao reinado de D. Sebastião, é o texto com o maior número de cópias conservadas até hoje. As buscas efetuadas no PSM inventariaram, até ao momento, vinte e seis testemunhos guardados em bibliotecas e arquivos portugueses.<sup>12</sup> Contudo, não só grande parte destes testemunhos nunca foram estudados, como subsistem ainda numerosas dúvidas e confusões em relação a aspetos tão importantes quanto a autoria, o conteúdo e a história desta crónica.

O texto foi publicado em 1837 por Alexandre Herculano e António Castelo de Paiva, que editaram o ms. 1216 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (proveniente da rica livraria do mosteiro de Tibães); em 1903 (Cruz, 1903), o texto desta edição foi reeditado na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*. Há, ainda, a edição de António Ferreira da Serpa (1925), que deu a público a primeira parte do manuscrito Liv. 982 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) acreditando estar perante um texto inédito e que estudos posteriores<sup>13</sup> revelaram não ser mais do que a *Crónica de D. Sebastião* editada por Herculano e Paiva.

A autoria do texto permanece incerta, também em consequência de equívocos gerados pelo conteúdo dos próprios manuscritos. Alguns, de facto, atribuem-na a Amador

---

<sup>10</sup> O catálogo atualizado pode ser consultado no site do *Projeto* (<http://www.clul.ulisboa.pt/projeto/sebastica-manuscrita-catalogo-e-edicoes-digitais-dos-textos-historiograficos-portugueses>). Último acesso a 18 de janeiro de 2024. Doravante, o Projeto “Sebástica Manuscrita” será indicado pela sigla PSM.

<sup>11</sup> Mais detalhes sobre os objetivos e alguns dos principais resultados já alcançados pelo PSM em Lombardo e Moreira (2019).

<sup>12</sup> Como dissemos, a investigação, neste momento, ainda não considerou bibliotecas sediadas fora de Portugal, mas sabemos, pelo menos, da existência de um manuscrito na Biblioteca Geral da Universidade de Salamanca (o número 2601), referenciado por João Palma Ferreira (1980) e descrito no *Catálogo de Manuscritos de la Biblioteca Universitaria de Salamanca*.

<sup>13</sup> O primeiro foi Rodrigues (1926).

Rebelo,<sup>14</sup> outros a Bernardo da Cruz,<sup>15</sup> outros ainda a Mestre Afonso Guerreiro.<sup>16</sup> Em diversos manuscritos,<sup>17</sup> a *Crónica* foi copiada em conjunto com a *Crónica e sumario do Cerco e combates de Mazagão* de António de Vaena. De notar, ainda, que, no COD. 6831 da BN, a portada refere o facto de os textos aí contidos<sup>18</sup> terem sido copiados dos “que escreveu Ruy de Pinna guardamór da Torre do Tombo e chronista mór do mesmo Reyno”, enquanto uma nota moderna no verso da segunda folha de guarda do BPMP, Ms. 1216 sugere que a crónica podia ter sido “escripta por D. Manoel de Menezes S.<sup>or</sup> do Reguengo da Maia Chronista Mor do Reino que vivia no principio de 600”.

Frente a esta variedade e, em grande medida, conforme o conteúdo dos manuscritos sucessivamente conhecidos, a crítica tem indicado ora um, ora outro nome. Frei Manuel do Cenáculo, no tomo II das suas *Memorias Historicas dos Progressos e Restabelecimento das Letras na Ordem Terceira de S. Francisco em Portugal e seus Dominios* (1794), ao aludir a Frei Bernardo da Cruz, primeiro Capellão-mor, indica que teria escrito uma *Crónica de D. Sebastião* (“escreveo a Campanha, e destroço de África como testemunha de vista”) – e cita um “Manoel da Sylva de Sampaio, que [a] copiou” (Cenáculo, 1776 – 1794, p. 303). Veremos a seguir que a menção a este nome remete para o grupo de manuscritos da *Crónica* onde, efetivamente, se atribui o texto a Fr. Bernardo da Cruz. Frei Vicente Salgado, poucos anos a seguir, ainda com base nestes manuscritos, confirma esta atribuição (Salgado, 1790, p. 29).

Por outro lado, na *Bibliotheca Lusitana*, encontram-se menções a, pelo menos, três supostos autores quinhentistas de crónicas sobre D. Sebastião: António de Vaena

---

<sup>14</sup> Por exemplo, os COD. 949 e COD. 3663 da BNP e o ms. Liv. 982 do ANTT. A biografia de Amador Rebelo consta na *Bibliotheca Lusitana* (Machado, 1741, pp. 124–125) e é aprofundada por Sales Loureiro (1977, pp. 11–17). Filho de Lançarote Gonçalves e Beatriz Rodrigues, nasceu por volta de 1540 na vila de Meirão Frio e entrou na Companhia de Jesus em 1559. Foi Mestre de escrita de D. Sebastião. Durante o reinado de D. Henrique, foi encarregado do resgate de cativos da Batalha de Alcácer-Quibir em Tânger. Foi Reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, entre 1615 e 1622. Aí faleceu, a 7 de maio deste mesmo ano.

<sup>15</sup> Por exemplo, os mss. Vermelho 475 e Vermelho 688 da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e o Ms. 1218 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). Sobre Frei Bernardo da Cruz temos escassas notícias biográficas, sendo que o estudo mais rico é de Queirós Veloso, como se verá a seguir. Viveu durante a segunda metade do século XVI, foi frade da Ordem Terceira e primeiro capelão-mor da Armada, acompanhando D. Sebastião na segunda Jornada à África. Depois de Alcácer-Quibir, tomou o partido filipino. Faleceu na primeira quinzena de setembro de 1579.

<sup>16</sup> Trata-se do Ms. VIII.3.887 da Casa Cadaval e dos códices 49-XI-73 e 49-XI-74 da Biblioteca da Ajuda (BA). Mestre Afonso Guerreiro, segundo Barbosa Machado (Machado, 1741, p. 38) nasceu em Almodôvar, foi Prior da Igreja de São Cristóvão em Lisboa e morreu assassinado em 1581.

<sup>17</sup> Por exemplo, COD. 11048, COD. 3663, A.T./L. 70 da BNP, Ms. VIII.2.805 da Casa Cadaval. A biografia de António de Vaena foi publicada, como se verá mais à frente, por Augusto Ferreira do Amaral (1982). Segundo os documentos citados por este, Vaena (ou Baena) era filho de Gonçalo de Vaena e foi músico de câmara de D. João III e de D. Sebastião. Em 1562, combateu em Mazagão durante o famoso cerco posto a esta praça. O valor demonstrado nesta ocasião valeu-lhe o título de cavaleiro, recebido no mesmo ano. Casou com Violante do Quintal, filha de Antónia do Quintal e, provavelmente, do licenciado Jorge Afonso. Morreu em Lisboa a 6 de agosto de 1564, aparentemente sem deixar descendência.

<sup>18</sup> O códice contém a *Crónica de D. Sebastião* de que aqui tratamos (fls. 1–115v); alguns documentos avulsos (nomeadamente, a Pratica [de] D. Aleixo de Menezes [...] a Raynha D. Catherina, e ao Cardeal D. Henrique (fls. 116–121); a Pratica [d]o Alcayde Rapozo (fls. 121v–125); o *Rebate falço que El Rey quiz mandar dar em Lix.a* (fls. 125–128v); a *Carta de Maluco a El Rey D. Sebastião* (fls. 128v–130v); uma cópia da *Relação da vida de el rey D. Sebastião* do Padre Amador Rebelo (fls. 133–168v); uma cópia da *Chronica do Cardeal Infante o Senhor D. Henrique* atribuída a Álvaro Lobo (fls. 1–57). Sobre esta crónica e os problemas da sua atribuição, ver *infra* a menção ao trabalho de Queirós Veloso e os nossos comentários.

(Machado, 1741, p. 409), Agostinho Gavy de Mendonça (p. 66) e M.<sup>o</sup> Afonso Guerreiro (p. 38). A indicação que mais repercussão teve foi a de António de Vaena, a quem Barbosa Machado dedica um brevíssimo verbete: “Antonio Vaena cuja patria, e estado de vida ignoramos. Escreveo *Chronica delRey D. Sebastiaõ 4. M.S.* Della conservo em meu poder huma Copia, cujo Original se guarda na Livraria do Conde do Vimieiro”. Tal como sugeriu posteriormente Queirós Veloso (1950, p. 157), corroborando afirmações anteriores de Herculano, o manuscrito do conde do Vimieiro terá sido o número 166 da lista descrita pelo conde da Ericeira e publicada pela Academia de Ciências em 1724.<sup>19</sup> Nesta lista, refere-se que este códice continha um “Sumário do cerco de Mazagão, escrito por António de Vaena [...] dividida em dous capítulos” (Sobral, Almeida & Askins, 2012, p. 119). Todavia, Queirós Veloso (Sobral, Almeida e Askins, 2012, p. 193), tendo identificado outro testemunho do texto visto por Barbosa Machado,<sup>20</sup> revelou que esta descrição estaria incompleta e algo inexata. No manuscrito, com efeito, encontrar-se-iam uma cópia do *Cerco de Mazagão*, a *Crónica de D. Sebastião* (em 77 capítulos) e, com toda a probabilidade, a *Crónica do Cardeal infante* atribuída a Álvaro Lobo. Como veremos em breve, a advertência “ao leitor” que se encontra logo a seguir à dedicatória refere-se ao conteúdo global do códice como à “Chronica de El Rey Dom Sebastiaõ”, indicando que estaria dividida em três partes (“Couzas mais notaveis q~ no tempo de El Rey Dom Joaõ o 3º aconteceraõ”; “çerco de Mazagão” e “Vida e feitos del Rey Dom Sebastiaõ”, BNP, A.T./L. 70, fl. 1v). Além disto, abaixo do título exarado no primeiro fólio, menciona-se António de Vaena. Podemos, portanto, afirmar que, na origem da atribuição a Vaena de uma *Crónica de D. Sebastião*, estão a transmissão da *Crónica de D. Sebastião* em conjunto com o *Cerco* e o conteúdo da advertência “ao leitor” que os antecede.

Levando o raciocínio um pouco mais longe, poderíamos sugerir que a menção a Vaena e os equívocos sobre a autoria dos textos referentes à história de Mazagão, por sua vez, terão dado origem à hipótese da existência de uma crónica de D. Sebastião escrita por Agostinho Gavy de Mendonça. Sabe-se, com efeito, que o *Sumário do Cerco* de Vaena foi utilizado por Agostinho Gavy de Mendonça, que publicou, em 1607, na Oficina de Vicente Álvares, em Lisboa, uma *História do famoso cerco que o xarife pôs a fortaleza de Mazagam deffendida pello valeroso capitam mór delle Ruy de Sousa Carvalho*, reeditada em 1890, por Francisco Marques de Sousa Viterbo (Mendonça, 1980).<sup>21</sup>

De muitos outros autores foi dito terem escrito uma crónica sobre D. Sebastião. No *Prologo* da sua edição (Herculano & Paiva, 1837), Alexandre Herculano dedica-se a dissociar da crónica que edita diversos destes: Manuel de Menezes, M.<sup>o</sup> Afonso Guerreiro, João Baptista Lavanha, António de Vaena, Amador Rebelo e Pedro de Mariz. O primeiro nome é o que aparece na guarda do manuscrito tomado como base da edição – Manuel de Menezes. A *Crónica de D. Sebastião* escrita por este autor, já então desaparecida, fora citada e utilizada como fonte por diversos autores, entre os quais Fr. Manoel dos Santos, na sua *Historia Sebástica* (1735). Herculano constata a falta de

<sup>19</sup> Uma edição crítica deste trabalho do conde da Ericeira em Sobral, Almeida e Askins (2012).

<sup>20</sup> O códice identificado por Queirós Veloso estava então guardado na Livraria da Casa Tarouca e atualmente encontra-se na BNP (A.T./L. 70).

<sup>21</sup> A este respeito, veja-se também as observações de Garcia (2011), a que aludimos mais à frente.

correspondência entre os conteúdos desta e o texto que edita, pelo que pode seguramente excluir este nome. A seguir, M.<sup>o</sup> Afonso Guerreiro e João Baptista Lavanha são descartados por razões cronológicas: a *Crónica* refere-se a acontecimentos do ano de 1586, pelo que terá sido escrita posteriormente a esta data, enquanto M.<sup>o</sup> Afonso Guerreiro faleceu em 1581, e João Baptista Lavanha não terá começado a escrever a sua *Crónica de D. Sebastião* antes de 1618. Depois, é a vez de António de Vaena. À época em que Herculano escreve, não tinha sido identificado o outro exemplar do manuscrito visto por Barbosa Machado e que, teoricamente, justificava a atribuição a Vaena, pelo que não se sabia da existência dos manuscritos em que a *Crónica* é transmitida juntamente com o *Cerco*. Por isto, sabendo apenas que o Vaena teria escrito “uma historia do cerco de Mazagaõ, a que vinhaõ appensas algumas relaçoens dos acontecimentos do reino” em tempos de D. Sebastião (Herculano & Paiva, 1837, p. XIV), e constatando que no manuscrito do Porto por ele editado “naõ se tracta do cerco de Mazagaõ”, Herculano pôde afastar facilmente mais esta atribuição. Finalmente, são dissociados da *Crónica* os nomes de Amador Rebelo e de Pedro de Mariz. O primeiro, por ser autor de uma relação que nada tem a ver com esta obra; o segundo, por, de acordo com o estado de conhecimentos de então, a sua associação à *Crónica* se basear, apenas, numa vaga alusão de Faria de Sousa, depois repetida por Barbosa Machado. Restava a Herculano o nome de Fr. Bernardo da Cruz, vinculado à *Crónica de D. Sebastião* por “opinião comum” e que é adotado pelo estudioso por “muitas outras provas, posto que negativas” (Herculano & Paiva, 1837, p. X) ou, em outras palavras, pela confutação de todos os demais nomes acima elencados.

Todos os autores apresentados por Alexandre Herculano circulavam nas menções dos eruditos há muito tempo. Em 1929, surge uma nova hipótese, proposta por Francisco Rodrigues, na sessão de 11 de maio de 1929 da *Secção de Arqueologia Histórica da Associação de Arqueólogos Portugueses* (Ata manuscrita, 1929). O novo nome é o de Estevão Ribeiro. Nenhuma notícia se tem sobre este autor, cuja pátria e vida Barbosa Machado afirma ignorar (Machado, 1741, p. 760). Todavia, Francisco Rodrigues argumenta que Fr. António da Purificação, no *De viris illustribus... ordinis Eremitarum sancti... Augustini*, Liv. III, cap. 14 (1642) e Jorge Cardozo, no *Agiologio Lusitano* Tomo II, p. 621 (1657), afirmam que no capítulo 87 de uma *Crónica de D. Sebastião* de Estevão Ribeiro se menciona Fr. Tomé de Jesus. Verifica-se que a *Crónica* atribuída a Bernardo da Cruz contém, neste mesmo capítulo, menção a Fr. Tomé de Jesus. Tanto António da Purificação como Jorge Cardozo publicaram em meados de 600 e referem-se a Ribeiro com familiaridade, pelo que o P.<sup>o</sup> Francisco Rodrigues conclui, sem mais elementos, que “não errar[á] juntando o nome de Estevão Ribeiro à famosa *Crónica*” (Machado, 1741, p. 82).

Nos trabalhos que consultámos, esta hipótese parece não ter tido seguimento, sendo que as propostas posteriores defenderam, principalmente, ou o nome de António de Vaena ou o de Fr. Bernardo da Cruz, com duas exceções: João Palma Ferreira (1980), que retoma a atribuição a Pedro de Mariz presente no manuscrito 2601 da Universidade de

Salamanca,<sup>22</sup> e José Manuel Garcia (2011), que propõe António de Castilho. Mas continuemos por ordem cronológica.

A seguir à edição de Herculano e Paiva e à intervenção de Francisco Rodrigues, saiu a público o estudo de José Maria Queirós Veloso (Queirós Veloso, 1950), ainda hoje leitura imprescindível para quem se dedica a este tema. No artigo, o estudioso discutiu o conteúdo da *Crónica de D. Sebastião*; revelou a identificação de novos trechos do texto, que também editou; divulgou novos dados biográficos de Fr. Bernardo da Cruz, que utilizou como provas para refutar a sua autoria da *Crónica*; defendeu, por outro lado, a autoria por António de Vaena, com base na identificação do já citado novo testemunho do texto consultado por Barbosa Machado. Vejamos um ponto de cada vez.

Quanto ao conteúdo da *Crónica*, mencionámos de passagem, e aprofundaremos este aspeto daqui a pouco, que alguns testemunhos transmitem uma versão do texto que abarca também o reinado de D. Henrique – a própria edição de Herculano dá a ler esta versão, que é geralmente tida como a mais fidedigna. Noutros testemunhos, existe uma versão mais breve do texto, que termina com os acontecimentos marroquinos posteriores à batalha de Alcácer-Quibir; alguns destes testemunhos, a seguir, contêm uma *Crónica do Cardeal infante* composta, geralmente, por 54 capítulos. Esta crónica, cujo conteúdo coincide quase totalmente com o texto referente ao reinado de D. Henrique da versão extensa da *Crónica de D. Sebastião*, circulou autonomamente em diversos testemunhos<sup>23</sup> e foi publicada, em 1840, com o título *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, tendo sido atribuída a Álvaro Lobo.

Queirós Veloso parte do pressuposto de que a parte final da *Crónica de D. Sebastião* com 113 capítulos, e a *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique* publicada em 1840, são na verdade o mesmo texto. Demonstrá-lo-iam dois indícios: desde logo, a identidade de conteúdo entre as duas, mas, sobretudo, o facto de, no capítulo 76 da *Crónica de D. Sebastião*, se anunciar que o reinado de D. Henrique será abordado a seguir: “...pera o Cardeal tomar logo o ceptro de Rei, como abaixo mais largamente contaremos” (Queirós Veloso, 1959, p. 153, itálico nosso). Por outras palavras, exclui existirem dois textos distintos, legitimando implicitamente a versão da *Crónica* constituída por 113 capítulos (aliás, 118, considerando os que dá a conhecer logo a seguir) face àquela constituída por 77 capítulos, e rejeita a autoria de Álvaro Lobo para o texto sobre o reinado de D. Henrique.

A seguir, o estudioso traz a público a existência de quatro capítulos “finais” da *Crónica*, numerados do 114 ao 118, no COD. 6963 da BN.

Dedica-se, então, à confutação de algumas autorias: os nomes de M.<sup>o</sup> Afonso Guerreiro e João Baptista Lavanha são excluídos usando os mesmos argumentos precedentemente empunhados por Alexandre Herculano; ao de Fr. Bernardo da Cruz dedica um capítulo inteiro do seu estudo, onde apresenta correspondência guardada no

---

<sup>22</sup> Ver nota 12. Esta tese já tinha sido desmentida por Queirós Veloso (1950., pp. 158–159) e voltará a ser discutida por Garcia (2011, p. 382).

<sup>23</sup> Uma primeira busca efetuada à margem das atividades do PSM permitiu inventariar, até agora, pouco mais de uma dezena de cópias: ACL, Ms. n.º 219 (vermelho); ANTT, liv. 982; BA, 49-XII-2 e 49-XII-3; BNP, COD. 478, COD. 3663, COD. 6831, COD. 8802, COD. 9479, COD. 13312 e A.T./L. 70; BPE, CIII/1-15 e CIII/2-17.

Arquivo de Simancas que comprova ter morrido o religioso “na primeira quinzena de setembro de 1579” (Queirós Veloso, 1959, p. 189). A isto contrapõe que a *Crónica* se refere a acontecimentos posteriores a esta data: no capítulo 37, o texto menciona o falecimento de Francisco de Sá de Meneses (1584); no capítulo 89, o narrador refere-se ao ano então corrente (1586) e, em diversos trechos, faz referências a Miguel de Moura como estando ainda vivo. O Secretário de Estado morreu em 1600, portanto a crónica “teria [...] sido escrita antes desta data” (Queirós Veloso, 1959, p. 190). Recusadas estas atribuições, volta a considerar a possibilidade de associar à *Crónica* o nome de Vaena e remata o estudo trazendo a público a identificação do testemunho do texto visto por Barbosa.

O estudo de Queirós Veloso é fundamental na discussão sobre a autoria da *Crónica de D. Sebastião* e pôs as bases para a difusão que da hipótese de Vaena fizeram Joaquim Veríssimo Serrão (1972) e Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro (1977). Apesar disto, o que não convence no estudo de Queirós Veloso é precisamente a atribuição a António de Vaena, que, lembre-se, foi defendida sem ter consultado pessoalmente o testemunho da Casa Tarouca, tendo o autor tido acesso apenas à descrição feita por António Machado de Faria. Por isto, não teve oportunidade de verificar algumas incongruências que ficam claras a quem lê na íntegra a dedicatória e a advertência “ao leitor” contida no manuscrito (“Chronica, e Summario do Cerco, e combates de Mazagam Por Antonio de Vayena”, A.T./L. 70, fls. 1r-1v). Nomeadamente, 1. a referência a António de Vaena só aparece abaixo do título apostro na margem de cabeça do primeiro fólio; 2. a dedicatória menciona apenas o *Cerco*, que considera uma “uma piquena escritura”; 3. o *Cerco* é dedicado a um príncipe de “piquena Idade” e “inclinação natural [...] aos feitos darmas e ao amor que mostra aos boñs caualeiros”, que não é ilógico identificar com D. Sebastião, sobretudo considerando que as pessoas de que o texto fala, ainda conforme a própria dedicatória, estão vivas (“bem vejo que emprehendi huã perigoza empreza que he tratar de pessoas viuas”), e “aventuraraõ as vidas” em serviço do mesmo rei, do qual esperam “merçes”; 4. a menção a uma “Crónica de D. Sebastião” ocorre só no texto da Advertência, onde, aliás, se revela o carácter compilatório do texto (“E nesta terceira parte se emcluio quasi as duas primeiras partes, posto que abreuadamente o que fizemos por nos parecer pertencer a ditta chronica”, A.T./L. 70, fl.1v).

Será justamente sobre estes pontos que incidirá o cabal estudo de Augusto Ferreira do Amaral (1982), em que se defende, antes, a autoria de Fr. Bernardo da Cruz. Para melhor sustentar esta tese, Ferreira do Amaral publica um estudo da vida de António de Vaena, indicando que teria morrido em 1564 e demonstrando, conseqüentemente, que não poderia ser autor da *Crónica de D. Sebastião*.

Finalmente, José Manuel Garcia (Garcia, 2011), no artigo “A Batalha de Alcácer-Quibir e a crónística portuguesa”, resume o estado da discussão acerca da autoria e contribui com algumas considerações. Primeiramente, volta a admitir a possibilidade de a crónica ser constituída por mais do que um núcleo, um dos quais poderia ser efetivamente de autoria de Fr. Bernardo da Cruz, “mesmo que a forma como ela chegou até nós tenha sido acrescentada depois da sua morte em 1579” (Garcia, 2011, p. 382). Sugere também que as intervenções feitas em 1586 sejam de António de Castilho,

pois este guarda-mor da Torre do Tombo era a personalidade que desde Julho de 1582 estava encarregado oficialmente de preparar as crónicas do reino. Ainda que a sua atividade conhecida até à data em que morreu a 4 de julho de 1593 seja limitada no domínio da história, tal facto não obsta à sua hipotética participação na revisão e acréscimo do texto da crónica que aqui consideramos (Garcia, 2011, p. 382).

Finalmente, indica a existência de “três tipos de manuscritos: um deles teria registado o nome de Frei Bernardo da Cruz; outro estava associado à história do cerco de Mazagão de António de Vaena e outro não tinha qualquer nome, tendo sido posteriormente associado ao de outros autores” (Garcia, 2011, p. 383).

### 3. A tradição manuscrita da *Crónica*: conhecimentos atuais

Todos os trabalhos até agora citados baseiam-se num conhecimento muito fragmentário da tradição. Até agora, tendo-nos proposto fazer um levantamento mais exaustivo, temos conhecimento de vinte e seis exemplares guardados em bibliotecas públicas portuguesas, sem excluir que possam existir outros testemunhos em bibliotecas particulares. Ainda não desenvolvemos um estudo aprofundado, mas, a um primeiro olhar, os testemunhos apresentam características que permitem agrupá-los em dois conjuntos principais – que, possivelmente, distinguem diferentes redações da CDS: o primeiro reúne nove testemunhos em que a narração se conclui com os eventos imediatamente posteriores a Alcácer-Quibir; o segundo compreende quinze testemunhos que incluem o início do reinado do Cardeal Infante.<sup>24</sup> Os do primeiro grupo são:

- BNP, A.T./L. 70 (século XVII);
- Casa Cadaval, Ms. VIII.2.805 (século XVII);
- BNP, COD. 949 (século XVIII);
- BNP, COD. 6831 (1721);
- BPE, CIII/1-13 (1724);
- ACL, Vermelho 475 (1798);
- BNP, COD. 3663 (1817);
- BGUC, Ms. 557 (século XVII-XVIII);
- ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 982 (século XVIII).

Alguns destes manuscritos têm particularidades que devem ser destacadas. Certos elementos sugerem proximidade entre o COD. 3663 e o A.T./L. 70. Na portada do COD. 3663, com efeito, António Lourenço Caminha afirma ter feito “copia fiel de hum Original que possui o Jll.<sup>mo</sup> e Excell.<sup>mo</sup> Marquez de Penalva [...] Anno de 1817” e, no fl. 228r, refere a existência, no apógrafo, de uma nota à margem sobre Miguel de Moura. Posto isto, o segundo, tal como a cota indica, provém justamente da livraria dos condes de Tarouca, e verifica-se que contém, no fl. 139v, a tal nota indicada por Caminha. Além disto, em ambos os testemunhos, existe uma lacuna que abrange o final do capítulo 38 e

<sup>24</sup> Não incluímos, nestes grupos, os códices 6963/9 e A.T./L. 50a da BN – o primeiro por conter os tais capítulos supostamente finais da *Crónica* publicados por Queirós Veloso (1950); o segundo por não ser um testemunho direto e sim uma reelaboração do texto por José Pereira Baião.

parte do 39: de “paternal amor, e manifestença de animo Real”, o texto passa diretamente para “e Espanto diziaõ m.<sup>tos</sup> ã os Portuguezes traziaõ consigo os mares”, que se situaria no final do capítulo 39. Assim, falta a epígrafe e o início do capítulo 39 (“Como os reis de Portugal e Castella jantaraõ ambos juntos duas vezes, e pela mesma maneira outras duas vezes os fidalgos portuguezes e castelhanos”) e passa-se diretamente para o capítulo 40, sem corrigir a numeração.

O Vermelho, 475 da Academia das Ciências foi copiado, em 1798, por Frei Vicente Salgado para a livraria do convento de Nossa Senhora de Jesus (Lisboa), a partir de um manuscrito de José Lopes de Mira, o qual tinha 77 capítulos e sobre cujo percurso somos informados: pertenceu a Fr. Luís Santoya, foi herdado por Lopo Dias de Sousa Goes Santoya e Cogominho e foi por este oferecido ao P.<sup>e</sup> Mira. Na “advertencia do copiadador”, afirma Salgado ter produzido mais três cópias da *Crónica*. Duas, “com pouca diferença de tempo” entre uma e outra, ambas *in-quarto*, para Cenáculo e a partir de um manuscrito de Cenáculo. Este antígrafo, por sua vez, tinha chegado às mãos do Bispo de Beja por aquisição a um secular, que o tinha comprado “nas escadas do Loreto pelo annos de 1766 em quarto encadernado em pergaminho” (ACL, Vermelho 475, fl. VIII). A terceira cópia fez-se necessária poucos meses depois de ter começado a produção do (atual) Vermelho, 475. Conta Fr. Vicente Salgado que um dos primeiros dois exemplares por ele copiados foi confiado ao bibliotecário do convento de Nossa Senhora de Jesus, com uma nota da mão de Cenáculo onde se dizia: “Este livro está fielmente copiado, como eu conferi, pelo ã me emprestou Monsenhor Gama – Fr. Manoel do Cenaculo”. Todavia, ao comparar este com o exemplar em curso de cópia, Salgado observou profundas diferenças entre as lições, o que o animou a trasladar o manuscrito de Cenáculo pela terceira vez.

Depreende-se, assim, terem existido sete testemunhos que passaram pelas mãos de Fr. Vicente Salgado, dos quais alguns estão hoje dispersos. Em primeiro lugar, uma cópia com 77 capítulos ( $\mu$ ) que pertenceu ao P.<sup>e</sup> José Lopes de Mira, o qual, por sua vez, a emprestou a Fr. Salgado. Deste manuscrito, foi tirada por Salgado uma cópia em 1798, (atual ACL, Série Vermelha, ms. 475, que identificamos por AC<sub>1</sub>). Por outro lado, refere-se a existência de um manuscrito ( $\lambda$ ), vendido em 1766 nas escadinhas do Loreto a um secular e que chegou, entre 1766 e 1798, às mãos de Fr. Manuel do Cenáculo, de que foram tiradas duas cópias ( $\sigma_1$  e S<sub>2</sub>), ainda por Salgado. Uma destas duas foi revista por Cenáculo, que lhe incluiu uma nota, e serviu de antígrafo para uma terceira, produzida também em torno de 1798 ( $\sigma_4$ ). A existência do sétimo manuscrito ( $\gamma$ ) infere-se apenas pela menção feita à cópia emprestada por Monsenhor Gama a Cenáculo, na nota deste último.<sup>25</sup>

Quanto ao segundo grupo, os manuscritos atualmente conhecidos são:

- BPMP, Ms. 1216 (finais do século XVI);
- BNP, COD. 13528 (finais do século XVI);
- BNP, COD. 13282 (século XVII);
- BNP, PBA, 186 (século XVII);
- BNP, A.T./L. 2a (século XVII);

<sup>25</sup> Alexandre Herculano tecera também algumas breves considerações sobre as cópias de Fr. Vicente Salgado, na introdução da edição da *Crónica*. Mais à frente, comentaremos as suas posições.

- BA, 49-XI-74 (século XVIII).

Mais oito testemunhos fragmentários ou truncados, que podemos incluir num subgrupo:

- ACL, Vermelho, 688 (século XVIII);
- ACL, Azul, 323 (1766-1798);
- BPMP, Ms. 1218 (século XIX);
- BNP, COD. 11048 (século XVII);
- BNP, COD. 13312 (final do século XVII);
- BPE, CIII/1-12 (século XVII);
- BPMP, Ms. 1217;
- Casa Cadaval, Ms. VIII.3.887;
- BA, 49-XII-1 (século XVII-XVIII).

Começando pelos testemunhos não fragmentários, como já foi mencionado, o manuscrito 1216 da BPMP é o que serviu de base para a edição de Herculano, que, com base na grafia e no conteúdo de uma nota no capítulo 50, determinou ter sido copiado em Alcobça, “por pessoa contemporanea do Cardeal Rei” (Herculano & Paiva, 1837, p. IX), ou seja, até 1580. A narração articula-se em cento e treze capítulos.

O COD. 13528 da BNP veio a público apenas recentemente<sup>26</sup> e é, neste momento, o testemunho mais intrigante de todos. Trata-se de uma cópia de finais do século XVI, que compreende os acontecimentos do reinado do cardeal D. Henrique. O texto contém profundas intervenções coevas. No fl. 1, abaixo do título do primeiro capítulo, há três notas de posse: “M.<sup>el</sup> Correa 593”; “Este liuro he meu e anda furtado ha mais de vinte annos. Naõ o dou a quẽ o tem e he obrigado a restituilo ou telo de meu beneplacito. em 4 de jan.<sup>to</sup> de 1609 de um Miguel (...)ques” (?); e “D. Rodrigo da Cunha”. Dos capítulos, apenas os primeiros quatro e os números 35 e 36 são numerados. Acaba com: “...no collegio da companhia ã elle fundou e dotou com singular magnificencia”, sendo que, a seguir à frase que constitui o *explicit* da versão fixada pela edição, adiciona uma breve descrição do rei D. Henrique e alude aos acontecimentos posteriores à sua morte. Ao longo do códice, existem diversos espaços em branco que correspondem a metades de fólho ou fólhos inteiros. Em dois destes, o texto indica explicitamente que quem o copiou previa aí elementos que não chegou a inserir (p.e., no fl 115r: “nesta forma foraõ formados os exercitos, os quaes mais claramente se veraõ na seguinte discripçaõ”). O último fólho (198) foi acrescentado posteriormente, tendo sido preenchido pela mesma mão que copiou o COD. 13282 da BN.

Este, por sua vez, aproxima-se ao que acabámos de descrever. Com efeito, não apenas termina com: “...no Collegio da Companhia, q~ elle fundou, e dotou com singular magnificencia”, incluindo a descrição do cardeal rei e aludindo aos acontecimentos posteriores à sua morte, mas também integra no texto diversas das correções e intervenções feitas naquele manuscrito. Considerando, além disto, o facto de existirem,

<sup>26</sup> Veja-se <https://www.eclecticaliloes.com/auction/676-manuscritos-historia/lot-2-manuscrito-cronica/>. Último acesso a 23 de junho de 2022.

em ambos, intervenções feitas pela mesma mão, futuramente será profícuo explorar as relações entre estes dois testemunhos.

O manuscrito pombalino, o da casa Tarouca e o da BA têm alguns aspetos em comum. O pombalino tem cento e quinze capítulos, mas o total indicado no manuscrito é cento e vinte e cinco: isto deve-se a um salto de uma dezena na numeração,<sup>27</sup> ao facto de a morte do Xarife velho e o juramento dos três Estados se encontrarem em dois capítulos à parte e, por último, à omissão dos números de dois capítulos.<sup>28</sup> Além disto, quiçá em razão de uma troca de cadernos algures na tradição, a sequência dos capítulos que correspondem, na versão fixada pela edição de Herculano, aos 61–65 é invertida: apesar de a sucessão numérica ser linear, os capítulos 61 e 62 contêm o texto que nos outros testemunhos se encontra nos capítulos 64 e 65, e os 63, 64 e 65 contêm o texto dos capítulos 61, 62, 63. O A.T./L. 2a e o 49-XI-74 têm cento e catorze capítulos, sendo que o da Ajuda também trata a morte do Xarife velho como um capítulo à parte, mas apresenta uma lacuna em correspondência ao da Sentença ao Sr. D. António. Ambos os testemunhos apresentam a inversão da ordem do conteúdo dos capítulos 61-65 que acabámos de referir.

De entre os testemunhos fragmentários, os primeiros três (ACL, Vermelho, 688; ACL, Azul, 323 e BPMP, Ms. 1218) contêm cinquenta e cinco capítulos, terminando com o início da descrição das condições de cativo dos portugueses em Marrocos. O COD. 11048 contém sessenta e sete capítulos, sendo que faltam os capítulos 14 a 34 e 76 e a organização da matéria está profundamente modificada em relação ao texto da edição de Herculano. O COD. 13312 contém cópia de apenas vinte e oito capítulos – de 68 a 96; o da BPE contém cento e quatro capítulos; o códice 1217 da BPMP, citado por Herculano, omite os capítulos 1, de 7 a 14 e acaba no 80. Quanto ao 49-XII-1 da BA, apesar de o último número de capítulo indicado ser o 113, faltam diversos capítulos anteriores, perfazendo apenas noventa e cinco. Por fim, não tivemos oportunidade de consultar o manuscrito da Casa Cadaval.

Algumas últimas considerações antes de concluir. Alexandre Herculano, na introdução à edição da *Crónica*, dá notícia dos exemplares por ele consultados. Entre estes, cita dois códices provenientes da livraria do convento de Nossa Senhora de Jesus e guardados na ACL, ambos com uma nota do Bispo de Beja – num, a nota seria de punho do próprio e o outro seria uma cópia de Fr. Vicente Salgado. Além destes, consultados diretamente pelo historiador, é mencionada a existência de um sétimo testemunho, oferecido à ACL pelo Bispo de Coimbra e consultado em 1829 por Fr. Matheus de Assunção, que tencionava publicá-lo. Este, quando Herculano estava a escrever, estaria desaparecido, mas o autor diz que conteria na primeira folha a nota de Cenáculo e estaria “miseravelmente deturpado”, o que o associaria aos primeiros três referidos pelo editor (Herculano & Paiva, 1837, p. VI). Recorde-se que, atualmente, existem na ACL três manuscritos da *Crónica de D. Sebastião*: os números 475 e 688 da Série Vermelha e o número 323 da Série Azul. Se a identificação deste último com um dos manuscritos citados por Herculano – o sétimo – é bastante segura,<sup>29</sup> o mesmo não se pode dizer no

<sup>27</sup> Depois do capítulo 69, passa-se diretamente para o 80, sem perda de conteúdo.

<sup>28</sup> Trata-se dos que deveriam ser o quinquagésimo primeiro e o centésimo vigésimo terceiro.

<sup>29</sup> Veja-se a entrada do catálogo dos manuscritos da Série Azul: “no canto superior direito do rosto existe o seguinte despacho: ‘Imprima-se, principiando o sexto volume dos ineditos. Secretaria, 22 de Julho de 1824.

caso dos dois da Série Vermelha. O 688 contém, com efeito, a cópia em cinquenta e cinco capítulos da CDS, mas não apresenta a nota manuscrita de Cenáculo; o 475 foi efetivamente copiado por Fr. Vicente Salgado, como vimos, mas é cópia do texto em setenta e sete capítulos e a tal nota apenas se encontra citada no texto da “Advertencia do coprador”. Isto pode ser interpretado de duas maneiras diferentes. Por um lado, forçando um pouco a interpretação, talvez possamos admitir que Herculano não se tenha dado conta, na altura, de que o 475 afinal não era “perfeitamente semelhante” aos outros dois identificados e que a nota de mão de Salgado à qual se refere seja, efetivamente, a citada na “Advertencia do coprador”. Neste sentido, talvez seja interessante considerar que tanto os manuscritos que contêm o texto em cinquenta e cinco capítulos, como o que contém o texto em setenta e sete capítulos têm o mesmo título e abrem-se com a Dedicatória ao Reino de Portugal e a advertência “Aos que lerem”, sendo que as variantes mais ostensivas se manifestam mais à frente na narração. Ao querer continuar na mesma linha de raciocínio – contando apenas com os manuscritos hoje conhecidos –, o outro manuscrito por ele identificado talvez nada mais fosse do que o próprio Azul, 323. Por outro lado, também se pode presumir que Alexandre Herculano tenha visto (pelo menos) um códice entretanto perdido. Se assim fosse, poder-se-ia até conceber que o códice – com a “nota do Bispo de Beja [...] escripta pela letra [...] de Fr. Vicente Salgado, que copiou o livro” – visto pelo historiador fosse o nosso  $\sigma_4$ .

#### 4. Conclusão

O levantamento, sistematização e análise dos testemunhos de um texto transmitido de forma manuscrita constituem etapas preliminares de todo e qualquer estudo que sobre ele se debruce, ainda mais quando se trata de uma obra de importância significativa paradoxalmente ainda pouco estudada. Os dados sobre a *Crónica de D. Sebastião* aqui apresentados permitem não apenas lançar as bases para uma nova edição do texto, que tenha em conta os testemunhos identificados desde 1925 (data da última edição de que foi objeto) e se beneficie das possibilidades abertas pelo paradigma digital, de acordo com os objetivos definidos pelo Projeto *Sebástica Manuscrita*, como começar a responder com bases mais sólidas a algumas dúvidas que ainda subsistem sobre a origem e o percurso desta obra. Por um lado, a identificação de novos testemunhos (entre os quais se destaca o COD. 13528 da BNP, que ainda não tinha sido noticiado pela comunidade académica); por outro, o agrupamento da tradição manuscrita, de acordo com as suas características, em duas famílias principais que, possivelmente, denotam a existência de duas versões sucessivas (hipótese que exploraremos em futuros trabalhos); por outro, ainda, a revisitação crítica de estudos anteriores, conduzem-nos à conclusão de que o que chamamos *Crónica de D. Sebastião* é uma realidade múltipla, fruto da intervenção de diversos agentes ao longo do tempo. Entre as intervenções devidas a esses agentes estão não só a introdução ou eliminação de segmentos textuais e/ou a sua reorganização, mas também a atribuição de autoria – problema que, julgamos, e por tudo quanto acabámos de dizer, deve permanecer em aberto. O aprofundamento da análise da tradição

---

Dantas’. E no final do mesmo fl.: ‘Este livro está fielmente copiado, como eu conferi, pelo que me emprestou Mr. Gama. Fr. Manoel do Cenaculo’”.

manuscrita é, por isto, um requisito indispensável para melhor percebermos a génese e o devir desta(s) obra(s).

**Financiamento:** Trabalho financiado pela FCT (DL/2016/CP1367/CT002).

## Referências

- Aguiar e Silva, V. (2010). *As Humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*. Almedina.
- Bernardes, J. (2015). A filologia perene e o ideal da bata branca. *Limite – Revista de Estudios Portugueses y de la lusofonia*, 9, 285–307.
- Bouza, F. (2001). *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Marcial Pons.
- Buescu, A. (2003). A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII. *Ler História*, 45, 19–48.
- Castro, I. (1995). O retorno à filologia. In C. Pereira & P. Pereira (Eds.), *Miscelânea de Estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha* (pp. 511–520). Nova Fronteira.
- Cenáculo, M. (1776–1794). *Disposições do superior provincial para a observancia regular, e literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos, feitas em os annos de mil setecentos sessenta e nove, e setenta*. Na Regia officina typographica. <https://purl.pt/39078>
- Cruz, B. (1903). *Chronica d'el-rei D. Sebastião*. Escriptorio. <https://archive.org/details/chronicadelreids00cruz/page/n7/mode/2up>
- Curto, D. (2007). *Cultura escrita. Séculos XVI-XVIII*. Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, J. (1980). *Obscuros e marginados*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ferreira do Amaral, A. (1982) *António de Vaena e a Crónica D'El-Rei D. Sebastião*. Editora Gráfica Portuguesa.
- Garcia, J. (2011). A Batalha de Alcácer-Quibir e a crónica portuguesa. In *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.ª Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne* (pp. 377–385). Centro de História de Além-Mar e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Herculano, A., & Paiva, A. (1837). *Chronica de-el rei D. Sebastião por Fr. Bernardo da Cruz*. Galhardo e Irmãos.
- Lombardo, E., & Moreira. (2019). Edição de crónicas e relatos sobre D. Sebastião: Balanço e perspectivas. *ACTA IASSYENSIA COMPARATIONIS* [edição especial], 47–60. [https://literaturacomparata.ro/aic/?page\\_id=1011&lang=en](https://literaturacomparata.ro/aic/?page_id=1011&lang=en).
- Loureiro, F. (1977). *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião* (Leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro). Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 2(4).
- Machado, D. (1741). *Bibliotheca lusitana* (Vol. 1). Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Mendonça, A. (1890). *Historia do Cerco de Mazagão*. Biblioteca de Clássicos Portugueses.
- Moreira, F. (2012). Os sumários de crónicas portuguesas: Textos, contextos, paratextos. *Cahiers d'études historiques médiévales*, 35, 79–92.
- Moreira, F., & Araújo, J. (2023). *Rui de Pina: 500 anos depois*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Queirós Veloso, J. (1950). *Estudos históricos do século XVI*. Academia Portuguesa de História.
- Rodrigues, F. (1926). O P.e Amador Rebelo e D. Sebastião. *Brotéria Cultural*, 3, 193–195.
- Salgado, V. (1790). Origens e progresso das linguas orientaes na Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.
- Salgado, V. (1793). *Compendio historico da Congregação da Terceira Ordem em Portugal*. Na Off. de Simão Thadeo Ferreira.

- Santos, M. (1735). *Historia Sebastica: Contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno, e conquistas no seu tempo....* Na Officina de Antonio Pedrozo Galram
- Serpa, A. (1925). *Cronica de El-Rei Dom Sebastião: único dêste nóme e dos Reis de Portugal o 16º, compósta pelo Padre Amadôr Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião.* Livraria Civilização.
- Serrão, J. (1972). *A historiografia portuguesa* (Vol. 1). Editorial Verbo.
- Sobral, C., Almeida, I., & Askins, A. (2012). *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: Obra do Conde de Ericeira.* Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

[recebido em 22 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 14 de maio de 2024]